

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PORTO VELHO



PLANO DE TRABALHO

Produto 1

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E
PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
DE PORTO VELHO/RO**

**PRODUTO 1
PLANO DE TRABALHO
(Versão revisada)**

Assessoria Técnica do IBAM ao processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no âmbito do Termo de Contrato nº 108/PGM/2019.



FEVEREIRO - 2020

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO**FICHA TÉCNICA****Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO****Prefeito** - Hildon De Lima Chaves**Secretário Municipal de Integração** – Álvaro Luiz Mendonça de Oliveira**Coordenação do Grupo Técnico de Trabalho** - Yayley Coelho da Costa Jezini**Comissão de Coordenação**

Álvaro Luiz Mendonça de Oliveira	Secretaria Municipal de Integração (SEMI)	Wellem Antônio Prestes Campos	Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB)
Alexandro Miranda Pincer	Subsecretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA)	Claudinaldo Leão da Rocha	Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (SEMASF)
Eliane Pasine	Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA)	Thiago dos Santos Tezzari	Desenvolvimento Urbano (EMDUR)
Salatiel Lemos Valverde	Procurador Adjunto da Procuradoria Geral do Município (PGM)	Edemir Monteiro Brasil Neto	Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo (SEMUR)

Grupo Técnico de Trabalho – GTT

Yayley Coelho da Costa Jezini	Secretaria Municipal de Integração (SEMI)	Emanuel Fernando Correia Sanches Schott	Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB)
Rosângela Lima do Nascimento Evangelista	Secretaria Municipal de Integração (SEMI)	Lucas Bezerra Silva	Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB)
Lucinara Camargo Araujo Souza	Subsecretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA)	Adriane do Nascimento Soares	Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (SEMASF)
Ariana Silva Lima	Subsecretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA)	Diogo Henrique Costa Fonseca	Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo (SEMUR)
Lígia Fernandes Arruda	Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA)	Ana Carla Macedo Carneiro	Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo (SEMUR)
Antonéas Vieira Frota Mendes	Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA)	Francisco Daniel dos Santos	Secretaria Geral de Governo (SGG)
Francisco Evaldo de Lima	Subsecretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEMAGRIC)	Raísa Tavares Thomaz	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG)
Helen Regina Lemos Ferreira	Procuradoria Geral do Município (PGM)	Rafael Rancôni Bezerra	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG)
Roosevelt Alves Ito	Procuradoria Geral do Município (PGM)	Eudineia Coelho Galvão	Empresa Pública de Desenvolvimento Urbano (EMDUR)

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

Instituto Brasileiro De Administração Municipal - IBAM**Superintendente Geral** - Paulo Timm**Superintendente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente** - Alexandre Santos

Equipe Técnica IBAM

Karin Segalla	Assistente Social	Coordenadora Geral
Patrícia Finamore	Engenheira Ambiental	Coordenadora Técnica
Luiz Felipe Lomanto	Engenheiro Ambiental	Consultor em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Fernanda Vissirini	Engenheira Ambiental	Consultora em Drenagem Urbana
Cláudia Nakamura	Engenheira Ambiental	Consultora em Resíduos Sólidos
Marcos Paulo Araujo	Advogado	Consultor jurídico
Ana Hafner	Engenheira Civil	Consultora financeira
Maria Beatriz Dallari	Bióloga	Consultora de Mobilização Social
Bernardo Mercante	Cientista Social	Consultor de Comunicação Social
Eduardo Rodrigues	Geógrafo	Consultor em Cartografia e Sistema de Informações Geográficas
Jéssica Ojana	Arquiteta Urbanista	Consultora em Estudos Urbanos
Israel Ribeiro	Arquiteto Urbanista	Representante Local

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. OBJETIVOS	5
2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	6
2.1. Interlocução entre as equipes do IBAM e da prefeitura	6
2.2. Processo participativo e representativo	7
2.3. O plano como instrumento de um processo	7
2.4. Integração de políticas e programas	7
3. ESCOPO DO TRABALHO	8
3.1. Fase 1: Planejamento	10
3.2. Fase 2: Execução do PMSB	11
A. Diagnóstico	11
B. Prognóstico	13
C. Programas, Projetos e Ações	14
D. Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática da Efetividade do PMSB	15
3.3. Fase 3: Aprovação do PMSB	15
4. PRODUTOS	16
5. EQUIPE TÉCNICA	19
6. CRONOGRAMA	24
ANEXOS	28
Anexo 1 – Ordem de Serviço	
Anexo 2 – Decreto de constituição do Grupo Técnico de Trabalho	
Anexo 3 – Ata de reunião: Oficina Técnica 1	
Anexo 4 – Formulários técnicos	

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO**APRESENTAÇÃO**

Este documento constitui o Plano de Trabalho, Produto 1, previsto no Termo de Contrato nº 108/PGM/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Porto Velho (PMPVH) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), com vistas à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, aqui denominado PMSB.

A elaboração do PMSB vêm subsidiar o Município de Porto Velho no planejamento do setor, formulando linhas de ações estruturantes e operacionais referentes aos componentes do saneamento básico – abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em estreita sintonia com as demais políticas correlacionadas, como uso e ocupação do solo, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, entre outras.

Nesse contexto, o Plano de Trabalho inclui em seu escopo:

1	Objetivos
2	Pressupostos metodológicos
3	Etapas, Atividades e Metodologia de Trabalho
4	Descrição dos Produtos
5	Equipe técnica
6	Cronograma para o desenvolvimento do projeto

1. OBJETIVOS

O Projeto tem por objetivo geral a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, incluindo o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, para Porto Velho/RO em atendimento às diretrizes legais estabelecidas na Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, (LDNSB – nº 11.445/2007) e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – lei nº 12.305/2010), bem como em seus respectivos decretos regulamentadores. Desta forma, quando neste documento é utilizada a sigla PMSB, está atendido também o conteúdo referente ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGIRS), em conformidade com a lei federal.

Entende-se que este objetivo será alcançado por meio dos seguintes objetivos específicos:

- Promover a mobilização e sensibilização da sociedade civil organizada na perspectiva de participação e controle social;
- Incentivar a articulação de políticas e programas nos vários setores da administração local e entre as diferentes esferas de governo;
- Promover o aperfeiçoamento institucional e técnico do município, visando estimular a adoção de mecanismos adequados ao planejamento, implantação e monitoramento dos serviços públicos de saneamento básico;

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

- Avaliar alternativas de gestão associada com ações compartilhadas entre municípios da região.

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Os pressupostos metodológicos que orientarão a concepção do PMSB incorporam os conceitos de universalização, integralidade e sustentabilidade dos serviços de saneamento básico, realizados por meio de um processo integrador e participativo, envolvendo as equipes do IBAM e da Prefeitura Municipal de Porto Velho, por meio da Comissão de Coordenação e Grupo Técnico de Trabalho, como também de diferentes segmentos sociais com representação e legitimidade local.

Assim, são pressupostos que balizarão a metodologia a ser empregada nos trabalhos:

2.1. Interlocução entre as equipes do IBAM e da prefeitura

Com o objetivo de assegurar a participação e compromisso da administração pública, foi criado por meio do Decreto nº 16.531, assinado pelo Prefeito em 07/02/2020, uma Comissão de Coordenação (CC) e um Grupo Técnico de Trabalho (GTT).

Com a formalização destes grupos fomenta-se um diálogo entre público e privado e cria-se um fórum de discussão onde possam ser compartilhadas diferentes perspectivas sobre o estado da arte do saneamento básico no Município, destacando deficiências, apontando soluções e determinando atribuições específicas a cada um dos atores.

A Comissão de Coordenação é uma instância consultiva formalmente institucionalizada, responsável pela coordenação, condução e acompanhamento da elaboração dos Planos.

A Comissão é integrada pelos secretários Municipais de Governo, de Integração, da Saúde, da Assistência Social e Família, de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo, de Planejamento, Orçamento e Gestão, as Subsecretarias de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Serviços Básicos, de Agricultura e Abastecimento, além da Procuradoria Geral do Município e da Empresa Pública Desenvolvimento Urbano. Essa composição busca promover uma abordagem multidisciplinar e a articular programas e políticas municipais em desenvolvimento no Município que tenham interface com o saneamento básico.

O Secretário Municipal de Integração exercerá a função de Secretário Executivo do Comissão de Coordenação.

São atribuições da Comissão de Coordenação:

- exercer a competência municipal, enquanto titular dos serviços de saneamento básico, no planejamento de políticas públicas para o setor;
- disponibilizar e/ou facilitar o acesso às informações técnicas necessárias para a elaboração dos produtos;
- contribuir na identificação de soluções para a melhoria dos serviços públicos de saneamento básico;

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

- aprovar os produtos que serão elaborados ao longo do trabalho.

O Grupo Técnico de Trabalho (GTT) é a instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração dos Planos. Deve fazer parte de sua composição a equipe técnica do IBAM e técnicos designados das Secretarias Municipais membros da Comissão de Coordenação, sempre um titular e um suplente.

Atribuições previstas para o GTT:

- participar das etapas de desenvolvimento apresentando sugestões e críticas;
- contribuir com insumos para elaboração dos Planos;
- apoiar as ações previstas no Plano de Mobilização e Comunicação Social, na difusão das informações e mobilizações setoriais;
- providenciar toda a logística, mobilização, divulgação e registro dos eventos públicos;
- conduzir diretamente as reuniões comunitárias nos distritos;
- validar os produtos.

A importância da definição dos atores que integrarão cada uma dessas duas instancias se justifica, dentre outras, para a elaboração de uma matriz de responsabilidades e dos fluxos e processos de trabalho no âmbito deste projeto.

2.2. Processo participativo e representativo

A metodologia participativa estruturadora das etapas de elaboração do PMSB tem sua ênfase assentada no diálogo e na contínua ação-reflexão-ação. Assim, para a condução dos trabalhos pressupõe-se a participação de diversos setores locais – instituições, grupos, conselhos e indivíduos – nas oficinas técnicas, reuniões comunitárias e audiências públicas, possibilitando o controle e a participação social.

As formas de participação e o nível de representação dos diversos segmentos sociais serão detalhados no Plano de Mobilização e Comunicação Social, Produto 2.

2.3. O plano como instrumento de um processo

O Plano de Saneamento Básico tem a função de nortear a gestão dos serviços de saneamento básico. Esta, por sua vez, tem início no planejamento, no qual o plano desempenha papel fundamental. Por outro lado, enquanto instrumento de gestão, se constitui em um processo continuado que possibilita aprender fazendo, onde algumas ações e diretrizes definidas no Plano podem ser iniciadas ainda em sua etapa de elaboração, o que será determinante para sua implementação.

2.4. Integração de políticas e programas

O PMSB consubstancia-se em instrumentos fundamentais de uma política municipal para o saneamento básico e devem ser elaborados de forma articulada com outras políticas públicas e programas municipais que apresentem interface com o setor do saneamento básico, a exemplo do plano diretor, de habitação, de recursos hídricos, de forma a

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

fomentar políticas públicas voltadas à promoção de cidades mais saudáveis, sustentáveis e resilientes.

- **Transparência e governança:** o compromisso institucional em promover a boa governança na gestão dos serviços de saneamento básico está diretamente associado à transparência das ações empreendidas por meio de processos democráticos, participativos e representativos;
- **Participação e controle social:** a participação social deve ser assegurada ao longo de todo o processo de formulação, implementação e avaliação do PMSB, por meio de mecanismos de divulgação e democratização da informação, a fim de que o processo de trabalho incorpore as necessidades da sociedade e promovam a responsabilidade compartilhada e o controle social;
- **Gestão associada:** a incorporação do conceito nas atividades de planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de saneamento básico, e no âmbito dos consórcios públicos, a fim de responder de forma compartilhada a problemas comuns de gestão e gerenciamento dos serviços.

3. ESCOPO DO TRABALHO

O processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico envolve 03 (três) fases a serem executadas ao longo de 05 (cinco) meses. Ao longo dos trabalhos serão apresentados 7 (sete) produtos pelo IBAM.

Em todas as fases, serão realizadas Oficinas Técnicas com o GTT para discussão do processo de trabalho e a partir da segunda fase serão realizadas Reuniões Comunitárias e Audiências Públicas, para averiguar a percepção, de moradores, lideranças comunitárias e funcionários públicos, sobre os serviços públicos de saneamento básico e para apresentação de resultados parciais e finais do trabalho. Antes de todos os eventos serão realizadas Oficinas Preparatórias para estruturação e capacitação da equipe da prefeitura que conduzirá as ações. A equipe do IBAM é responsável pelo apoio técnico e metodológico, produção técnica, orientações e recomendações para condução do processo participativo pelo GTT.

O diagrama abaixo mostra de forma esquemática as três (3) fases do processo, os principais eventos e os momentos de entrega dos sete (7) produtos.

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

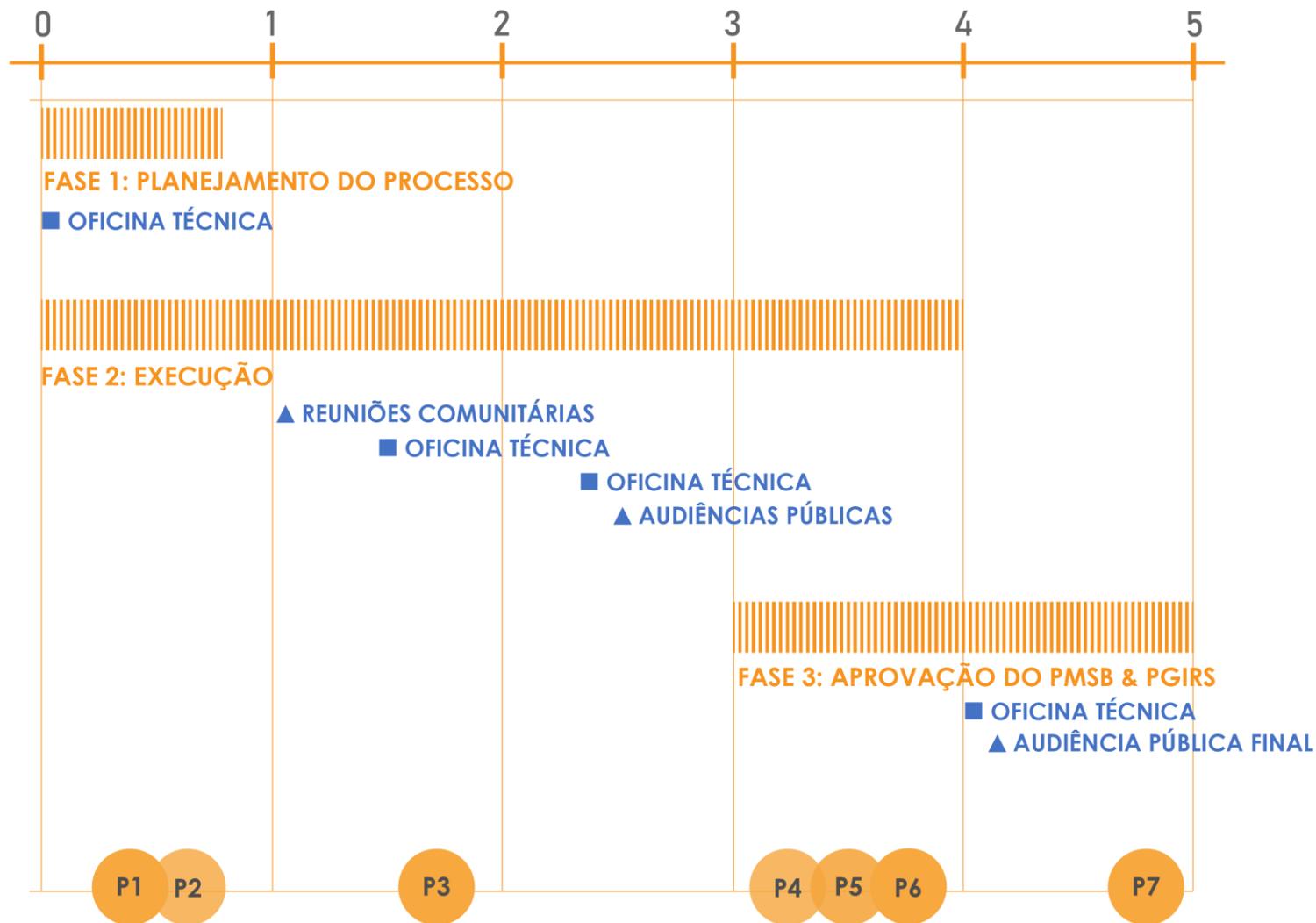


Figura 1. Processo de elaboração do PMSB

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

As fases de trabalho e os produtos a serem desenvolvidos ao longo dos cinco (05) meses são descritos a seguir:

3.1. Fase 1: Planejamento

A primeira fase de trabalho foi dedicada à mobilização das equipes técnicas do IBAM e da Prefeitura, à formação da Comissão de Coordenação e Grupo Técnico de Trabalho, definição das estratégias de mobilização e comunicação social e lançamento público do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

A principal atividade dessa fase foi a Oficina Técnica 1, onde se reuniu o Grupo Técnico de Trabalho para apresentação e discussão do Plano de Trabalho e do Plano de Mobilização e Comunicação Social. Foram apresentadas e validadas as estratégias de mobilização, o conteúdo do questionário da Pesquisa de Percepção Social e sua adequação para os diferentes públicos. Além disso, foi apresentado e validado o delineamento das reuniões comunitárias, que utilizará as informações sobre os quatro componentes do saneamento básico coletadas durante a elaboração do Plano Diretor Participativo de Porto Velho, para qualificação junto aos presentes. Essa atividade cumpriu o papel de nivelamento dos participantes em relação a conceitos e delimitação do objeto de trabalho.

Durante a Oficina I foi sugerido pela equipe do IBAM que o GTT organizasse uma reunião com o Conselho Municipal da Cidade (ConCidade) e Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), que são os principais envolvidos com o tema do Saneamento Básico. Acreditamos que esses grupos serão importantes não apenas como órgãos de acompanhamento do processo de trabalho, mas também no papel de provocar as pautas que devem ser discutidas e ainda na própria mobilização dos diferentes segmentos sociais ali representados.

Tal iniciativa torna-se mais relevante devido ao fato de, ao final do ano passado, movimentos sociais (que também estão representados nesses Conselhos Municipais) terem convocado uma Audiência Pública sobre a situação do Saneamento Básico em Porto Velho.

Além da Oficina Técnica 1, foi realizada no dia 07/02/2020 a assinatura pública do Decreto nº 16.531 que cria a Comissão de Coordenação (CC) e o Grupo Técnico de Trabalho (GTT) para elaboração do PMSB, assegurando o comprometimento do Poder Executivo com a elaboração dos Planos.

Visita Técnica 1 – fevereiro/2020

- Oficina Técnica 1. Discussão do Plano de Trabalho e do Plano de Comunicação e Mobilização Social
- Lançamento público do processo de elaboração do PMSB.
- Criação da Comissão de Coordenação (CC) e do Grupo Técnico de Trabalho (GTT);
- Apresentação e validação das estratégias de mobilização social;

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

- Definição, pela equipe do IBAM e GTT, da relação preliminar de dados, informações e documentos que deverão ser fornecidos pelas várias Secretarias Municipais para subsidiar os trabalhos em curso.

Entrega do Produto 1 – Plano de trabalho, definido o cronograma das atividades e sua operacionalização.

Entrega do Produto 2 – Plano Mobilização e Comunicação Social, incorporando as considerações feitas pelo GTT na Oficina Técnica 1.

3.2. Fase 2: Execução do PMSB

A segunda fase de trabalho será dedicada à elaboração do (a) diagnóstico que servirá para balizar as análises do (b) prognóstico, onde serão realizados estudos de cenários, a partir do qual serão feitas as (c) proposições e a hierarquização das áreas de intervenção, com as respectivas análises de viabilidade econômico-financeira. Por fim, serão apresentados (d) mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática da efetividade do PMSB, incluindo-se a elaboração de indicadores para alimentar o sistema de informações municipal em saneamento básico.

A. Diagnóstico

O processo de construção do diagnóstico se desenvolve em diferentes frentes de trabalho que se alimentam permanentemente, a saber:

- (a) levantamento e organização de informações, dentre as quais estão aqueles a serem fornecidos pelo GTT e Secretarias;
- (b) realização de visitas de campo;
- (c) consolidação de bases cartográficas nas escalas do Município e da área urbana;
- (d) análise crítica dos planos existentes, da legislação e dos processos de gestão dos serviços públicos de saneamento;
- (e) entrevistas com atores-chave, representantes de entidades públicas e privadas;
- (f) elaboração de estudos técnicos setoriais, socioambientais e de processos estruturantes;
- (g) discussões com grupos sociais organizados e a sociedade de modo geral.

Este diagnóstico deverá apontar as causas das deficiências detectadas para os serviços de saneamento básico, a fim de determinar ações para corrigi-las, visando a universalização. Em linhas gerais, o diagnóstico deverá abordar os seguintes aspectos:

- Aspectos institucionais da gestão dos serviços, considerando as funções públicas de planejamento, regulação e fiscalização, bem como as ações de controle social;
- Análise dos instrumentos legais que definem as políticas nacional, estadual, municipal

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

e regional

- Situação econômico-financeira dos serviços de saneamento básico e do município, com análise da sustentabilidade de prestação do serviço;
- Descrição dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Observa-se que o diagnóstico, atendendo ao disposto no Projeto Básico, deve ser um documento que aponte para as questões críticas e potencialidades do Município de Porto Velho. É a compreensão dessas que possibilitará a construção de propostas que tenham aderência à realidade e necessidades locais. Paralelamente ao desenvolvimento dos trabalhos técnicos e aos diálogos com a sociedade durante o processo de elaboração do PMSB, as equipes dos IBAM e da Prefeitura deverão conjunta e permanentemente avaliar as práticas de gestão municipais, visando à identificação dos gargalos e ao aperfeiçoamento das condições para implementação da política de saneamento em Porto Velho e seus Distritos.

Durante essa etapa de trabalho, serão realizadas duas (02) visitas técnicas; uma (01) oficina técnica, uma (01) oficina preparatória e a primeira rodada de reuniões comunitárias. As reuniões comunitárias a serem realizadas nos distritos deverão ser conduzidas pelo GTT, podendo contar com a participação de membros da equipe do IBAM, quando as agendas de trabalho em campo forem compatíveis. A estruturação dessas atividades, no entanto, será orientada pela equipe do IBAM e os resultados, apresentados pela equipe da Prefeitura, integrados ao processo de trabalho.

Em cada visita técnica está prevista uma reunião de alinhamento no início das atividades, entre as equipes do IBAM e GTT, e também entrevistas e reuniões com atores-chave/sociais, representantes de entidades públicas e privadas, a serem agendadas previamente pelo GTT.

Visita Técnica 2 – março/2020

- Reunião de alinhamento entre as equipes do IBAM e GTT.
- Oficina Preparatória 1, cujo objetivo é estruturar as reuniões comunitárias nos distritos e distrito sede. O público dessa oficina é o GTT, Comissão de Coordenação e demais profissionais envolvidos na condução das Reuniões Comunitárias.
- Capacitação das equipes de campo (agentes de saúde) para a aplicação dos questionários de percepção social;
- Levantamento de campo, entrevistas e reuniões com atores sociais

Reuniões comunitárias (março/2020)

Essas reuniões comunitárias, sob a condução do GTT, serão eventos que promoverão consultas e diálogos com a sociedade. Conforme acordado, os distritos serão agrupados em Alto, Médio e Baixo Madeira, enquanto no distrito sede os bairros serão agrupados pelas

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

Zona Leste, Zona Sul e Zona Norte, esta última abordada em conjunto com as Zonas Central e Oeste, da maneira que foi adotada para a mobilização da revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho (PDDM). A equipe do IBAM participará de uma das reuniões a serem realizadas no Distrito Sede. Nessas reuniões estarão presentes moradores, presidentes de bairros, lideranças comunitárias, administradores regionais. Todos esses eventos públicos deverão ser abertos à comunidade e amplamente divulgados em todos os canais de comunicação da prefeitura.

Diagnóstico de Percepção Social

O Diagnóstico de Percepção Social (DPS) compõe, junto com o Diagnóstico Técnico, o conjunto de informações sobre a situação de saneamento básico, porém sob o olhar do cidadão. A fim de assegurar o processo participativo, envolve a sensibilização e mobilização da sociedade civil na perspectiva da avaliação dos serviços prestados. O DPS é resultado da análise das informações coletadas durante reuniões comunitárias e também da aplicação de questionários em campo e em mídias digitais, de forma a permitir que a leitura técnica dialogue com os saberes e fazeres locais. As estratégias do DPS serão definidas no Produto 2.

Visita Técnica 3 – março/2020

- Reunião de alinhamento entre as equipes do IBAM e GTT.
- Oficina Técnica 2, reúne as equipes do IBAM e do GTT para apresentação, discussão, aprofundamento e aperfeiçoamento da versão preliminar do diagnóstico.
- Levantamentos de campo, entrevistas e reuniões com atores sociais.

Entrega do Produto 3 – Diagnóstico Técnico Participativo dos Serviços de Saneamento Básico, incorporando os estudos técnicos, os resultados da primeira rodada de reuniões comunitárias e os levantamentos do diagnóstico de percepção social.

B. Prognóstico

Consiste na análise e seleção das alternativas de intervenção visando à melhoria das condições sanitárias em que vivem as populações urbana e rural. Tais alternativas terão por base as carências atuais de serviços públicos de saneamento básico e medidas mitigadoras para saná-las. A projeção da evolução dos serviços deverá ser estimada para o horizonte dos planos de 20 anos. Em linhas gerais, o prognóstico deverá abordar os seguintes aspectos:

- Projeções de demanda e definição de objetivos e metas progressivas para a universalização dos serviços de saneamento básico no horizonte dos planos;
- Estudo de cenários e alternativas para atendimento das demandas;
- Avaliação da viabilidade técnica e econômico-financeira das alternativas para a sustentação econômica da gestão e da prestação dos serviços, considerando o acesso da população de baixa renda aos serviços;
- Análise de modelos institucionais de gestão dos serviços para o exercício das funções

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

de planejamento, prestação de serviços, regulação, fiscalização e controle social;

Durante essa etapa de trabalho, serão realizadas duas (02) visitas técnicas; uma (01) oficina técnica, uma (01) oficina preparatória e audiências públicas. As audiências a serem realizadas irão incorporar a segunda rodada de reuniões comunitárias, com a perspectiva de ampliar a abrangência aos distritos. Deverão ser conduzidas pelo GTT, podendo contar com a participação de membros da equipe do IBAM, quando as agendas de trabalho em campo forem compatíveis. A estruturação dessas atividades, no entanto, será orientada pela equipe do IBAM e os resultados, apresentados pela equipe da Prefeitura, integrados ao processo de trabalho.

Em cada visita técnica está prevista uma reunião de alinhamento no início das atividades, entre as equipes do IBAM e GTT.

Visita Técnica 4 – abril/2020

- Reunião de alinhamento entre as equipes do IBAM e GTT.
- Oficina Técnica 3, com o objetivo de discutir com o GTT e os prestadores de serviços de saneamento básico as prioridades de ação dos planos, balizando a construção das metas e dos cenários alternativos;
- Levantamentos de informações complementares.

Visita Técnica 5 – abril/2020

- Reunião de alinhamento entre as equipes do IBAM e GTT.
- Oficina Preparatória 2, cujo objetivo é estruturar as reuniões comunitárias a serem realizadas em conjunto com as audiências públicas para ampliar a abrangência aos distritos e às zonas do Distrito-sede.
- Discussão de estratégias para divulgação dos eventos;
- Levantamentos de informações complementares.

Audiências Públicas

As audiências públicas, sob a condução do GTT, agrupadas em Alto, Médio e Baixo Madeira, além do Distrito Sede, servirão como subsídio para a formulação de diretrizes e propostas preliminares. Os seus resultados serão sistematizados pelo GTT. A equipe do IBAM participará de uma das audiências a serem realizadas no Distrito Sede.

Entrega do Produto 4 – Prognóstico e Alternativas para a Universalização dos Serviços, incorporando os estudos técnicos, os resultados das audiências públicas e as discussões com os gestores e prestadores de serviços de saneamento básico.

C. Programas, Projetos e Ações

Essa etapa contempla a concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e mecanismos e procedimentos para o controle social. Além disso, serão definidas ações de contingência para situações de emergência no

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

Município. Ressalta-se que os programas, projetos e ações serão compatíveis com os respectivos planos plurianuais e outros planos governamentais.

Durante essa etapa de trabalho, não serão realizadas visitas técnicas, nem oficinas técnicas ou preparatórias e eventos comunitários (reuniões/audiências).

Entrega do Produto 5 – Programas, projetos e ações e hierarquização das áreas e/ou programas de intervenção, incorporando os estudos técnicos, os resultados do diagnóstico de percepção social e as discussões com os gestores e prestadores de serviços de saneamento básico.

D. Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática da Efetividade do PMSB

Serão elaborados os programas de monitoramento e avaliação dos resultados do PMSB para que o poder público possa analisar o impacto das suas ações na qualidade de vida das comunidades contempladas.

Durante essa etapa de trabalho, não serão realizadas visitas técnicas, nem oficinas técnicas ou preparatórias e eventos comunitários (reuniões/audiências).

Entrega do Produto 6 – Mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática da efetividade do PMSB, incorporando os estudos técnicos, os resultados das audiências públicas e as discussões com os gestores e prestadores de serviços de saneamento básico.

3.3. Fase 3: Aprovação do PMSB

Após a fase 2, terá início o momento de consolidação do trabalho, quando as propostas serão trabalhadas na forma de anteprojeto de lei, com especial atenção à observação da boa técnica legislativa. É importante observar que este documento resulta do processo técnico e participativo, ou seja, da construção coletiva sobre o que se deseja para o Município de Porto Velho. Assim, observa-se que esta é uma etapa de formatação dos entendimentos que já terão sido alcançados nas fases anteriores. Nesta fase estão previstas a realização de duas (02) visitas técnicas, uma (01) oficina técnica, uma (01) oficina preparatória e uma (01) audiência pública final.

Visita Técnica 6 – junho/2020

- Reunião de alinhamento entre as equipes do IBAM e GTT.
- Oficina Técnica 4, para apontamentos e ajustes finais dos planos;

Visita Técnica 7 – junho/2020

- Reunião de alinhamento entre as equipes do IBAM e GTT.
- Oficina Preparatória 3, para alinhamento e estruturação da audiência pública final.
- Discussão de estratégias para divulgação dos eventos;

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

Audiência Pública

A audiência pública final, sob a condução do GTT e com a participação da equipe do IBAM, ocorrerá apenas no distrito sede e seus resultados serão sistematizados pelo GTT. O objetivo será apresentar os resultados finais do Plano Municipal de Saneamento Básico e discutir a implementação de possíveis formas de controle social, por meio do acompanhamento e participação dos Conselhos Municipais. Deverá ser estimulada a participação de todos os segmentos sociais no processo de planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.

Entrega do Produto 7 – Minuta do PMSB, para apreciação da contratante e publicação do Plano de Saneamento Básico, contemplando todas as etapas e resultados desenvolvidos.

Todos os produtos finais previstos nas três fases de trabalho serão entregues à Prefeitura Municipal em duas (02) vias impressas acompanhadas de arquivos digitais. Ao final, toda a base cartográfica consolidada ao longo do processo também será repassada à Prefeitura, em formato a ser definido conjuntamente.

4. PRODUTOS

Os resultados alcançados em cada fase são sistematizados preliminarmente em documentos de referência – minutas - para validação com o Grupo Técnico de Trabalho (GTT), constituindo o conjunto de produtos que serão entregues. Os trabalhos desenvolvidos terão como resultados os seguintes produtos:

PRODUTO 1: Plano de Trabalho

Documento contendo os principais elementos técnicos e o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas durante o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento básico. O documento explicita a metodologia a ser adotada no processo de trabalho e apresenta o cronograma físico de execução.

PRODUTO 2: Plano de Mobilização e Comunicação Social

Documento contendo a definição do processo de mobilização e participação social e cronologia das etapas e as metodologias de implantação das atividades. Aborda também a divulgação do processo, formas e canais de comunicação, formas de estimular a participação da sociedade no processo de planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

PRODUTO 3: Diagnóstico Técnico-Participativo dos Serviços de Saneamento Básico

Documento contendo o diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida da população e no ambiente. Para garantir a efetividade da participação social, uma versão preliminar será apresentada em audiências públicas para receber contribuições, de modo que a versão final contemple os aspectos técnicos coadunados à percepção da população.

PRODUTO 4: Prognóstico e alternativas para a universalização dos serviços

Documento contendo os objetivos a serem alcançados com a implantação do PMSB e o estudo de cenários dos déficits de atendimento dos serviços de saneamento básico no horizonte dos planos de 20 anos. Será realizada oficina técnica e audiência pública, a fim de serem definidas as prioridades de ação, de acordo com o anseio da população e as possibilidades do prestador de serviço.

PRODUTO 5: Programas, projetos e ações e hierarquização das áreas e/ou programas

Documento contendo a concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB, compatíveis com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, com identificação de possíveis fontes de financiamento. Definição das ações de contingência para situações de emergências relacionadas aos serviços de saneamento básico no Município.

PRODUTO 6: Mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática da efetividade do PMSB

Documento contendo indicadores de monitoramento que possibilitem a avaliação dos resultados dos PMSB para que o poder público possa acompanhar a evolução das ações dos planos durante a sua implementação.

PRODUTO 7: Relatório final do PMSB

Documento final do Plano Municipal de Saneamento Básico, consubstanciando todos os trabalhos realizados nas fases anteriores do estudo.

Concluído o processo de trabalho, o IBAM desenvolverá um produto complementar, que consiste em um Relatório Síntese do PMSB.

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

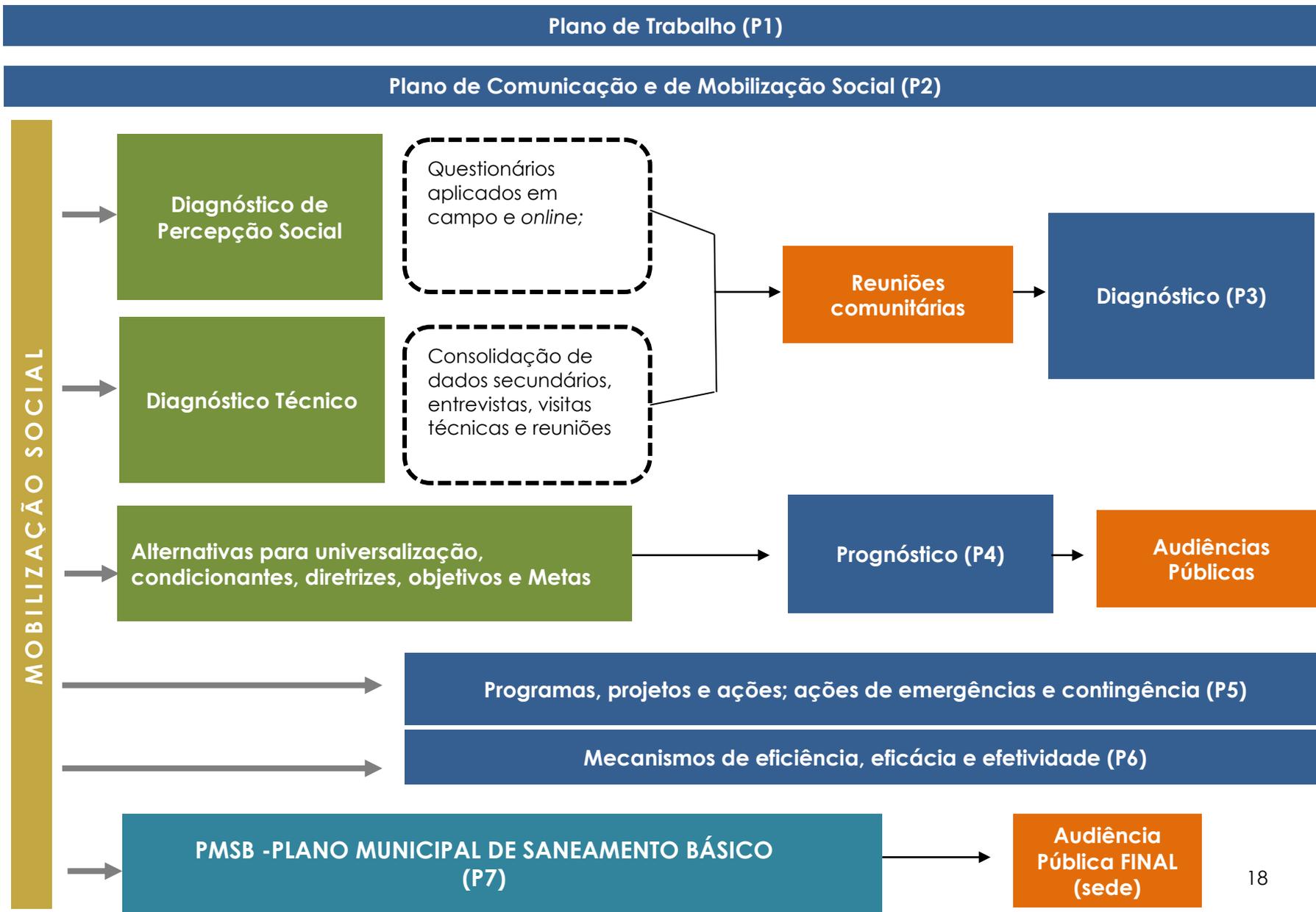


Figura 1: Fluxo de atividades e produtos

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO**5. EQUIPE TÉCNICA**

Os trabalhos serão desenvolvidos por uma equipe de assessoria técnica formada por profissionais especialistas nos diversos campos do conhecimento e com a experiência necessária para a realização das atividades implicadas na elaboração do PMSB. A seguir, são apresentados os currículos da equipe técnica do IBAM:

Karin Segala

Coordenadora Geral

Formação:

- Graduação: Assistente Social pela Sociedade Universitária Augusto Mota/SUAM, Rio de Janeiro. (1980).
- Especialização em Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, na modalidade Educação a Distância totalizando 300 horas/estudo, ministrado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/ IBAM, com o patrocínio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República/SEDU/PR. Rio de Janeiro. (2003)
- Pós-Graduação: em Teoria e Prática do Meio Ambiente, na modalidade presencial totalizando 360 horas/aula, ministrado pelo Instituto Superior de Estudos da Religião/ISER. Rio de Janeiro. (1992).

Qualificação:

Desde 2001, Coordenadora de Projetos da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do IBAM, com a responsabilidade de coordenar equipes interdisciplinares para o desenvolvimento de projetos na área de saneamento básico e gestão de resíduos sólidos. Desenvolveu inúmeros projetos em resíduos sólidos de âmbito local, regional e internacional.

Patrícia Finamore

Coordenadora Técnica

Formação:

- Engenharia Ambiental, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2009.
- Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) em 2011.
- Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/FAU/UFRJ), desde 2018.

Qualificação:

Experiência profissional na área de engenharia sanitária, com ênfase na gestão municipal dos serviços de saneamento. Atuou como engenheira da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) de 2011 a 2016, sendo responsável pela supervisão de obras civis e avaliação de projetos básicos e executivos de engenharia, pela condução de ações para a melhoria das condições sanitárias de comunidades tradicionais e de cooperação técnica para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Desde 2016 é consultora técnica do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), atuando na elaboração de instrumentos de planejamento e coordenação de equipes multidisciplinares, sempre com o viés do saneamento básico, e na assessoria técnica a municípios do Bioma Amazônia. É colaboradora do Laboratório de Estudos das Águas Urbanas (LEAU) do PROURB/UFRJ.

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO**Luiz Felipe Lomanto Santa Cruz**

Consultor de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Formação:

- Engenheiro Ambiental, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2008.
- Mestre em hidráulica e saneamento, pela USP – Universidade de São Paulo/Escola de Engenharia de São Carlos-SP em 2011.
- Pós-Graduado – MBA em Gestão de Negócios Socioambientais, pelo Instituto de Pesquisa Ecológicas (Ipê) & CEATS/FIA-USP, em 2017

Qualificação:

Experiência profissional na área de engenharia ambiental e sanitária, com ênfase no desenvolvimento de projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. De 2009 a 2010, atuou como especialista ambiental na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no gerenciamento ambiental e energético do setor sucroalcooleiro do Estado de São Paulo. De 2011 a 2017, atuou na elaboração e coordenação de diagnósticos, estudos de concepção e projetos básicos de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana. Também atuou na elaboração de estudos de viabilidade de concessões e parcerias público privada para prestação dos serviços de saneamento básico. Atualmente trabalha como consultor técnico no Ministério da Saúde, Programa VIGIAGUA, onde tem atuação direta na implementação de inspeções sanitárias em sistemas de abastecimento de água, em estudos de avaliação da qualidade da água para consumo humano e em assessorias técnicas a estados e municípios para implementação do Programa.

Fernanda Santa Bárbara Vissirini

Consultora de drenagem urbana

Formação:

- Engenheira Ambiental, pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2009.
- Mestre em Engenharia Ambiental, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2018.
- Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desde 2019.

Qualificação:

Experiência profissional na área de engenharia ambiental, com ênfase em gestão de recursos hídricos, hidrologia, drenagem e gestão de risco de desastres. Atuação, desde 2008, em projetos de infraestrutura urbana e rural como projetista de hidrologia e drenagem, nas diferentes etapas: elaboração de proposta, estudos conceituais, projeto básico e executivo, *as built*, e fiscalização. Em 2012 adquiriu conhecimento em supervisão e apoio técnico em obras de macrodrenagem, aplicação de modelos hidrológicos e hidráulicos com fornecimento de manchas de inundação e previsão de cenários do nível d'água dos rios a partir da probabilidade de ocorrência de chuvas extraordinárias e controle de inundação. A partir de 2015 passou a atuar com gestão de risco de desastres hidrológicos, com o monitoramento em tempo real dos fenômenos naturais e elaboração de projetos para prevenção e mitigação de riscos (mapeamento de risco, sistema de alerta, palestras e capacitação de agentes de defesa civil, etc.). Atualmente desenvolve novos produtos e serviços na área ambiental, direcionados, principalmente, a redução de risco de desastres.

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO**Cláudia Yukie Nakamura Troni**

Consultora de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Formação:

- Engenheira Ambiental, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2009.
- Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2012.
- Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) em 2019.

Qualificação:

Experiência profissional na área de engenharia ambiental e sanitária, com ênfase na gestão dos serviços de saneamento, planos municipais de saneamento básico (PMSBs); planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS); avaliação de áreas de disposição final de resíduos sólidos e tratamento de lixiviado; e avaliação da qualidade da água subterrânea e superficial. Desde 2009 atua na elaboração de PMSBs, tendo como primeira experiência a elaboração do Plano Piloto de Viçosa – MG, em parceria com a FUNASA. De 2012 a 2015 atuou na Superintendência de Políticas de Saneamento da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro como preposto da empresa Concremat Engenharia e Tecnologia S.A. coordenando a elaboração de 54 Planos, incluídos PMSBs e PMGIRS no estado do RJ. Em 2018 e 2019 atuou como consultora da Universidade Federal Fluminense no apoio à elaboração de PMSBs nos estados do Espírito Santo e Maranhão. Desde 2017 atua como consultora parceira do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) tendo desenvolvido naquele ano o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, em Mato Grosso. Tem experiência em participação de equipes multidisciplinares e processos participativos de planejamento.

Marcos Paulo Marques Araujo

Consultor jurídico

Formação:

- Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2001.
- Especialista em Direito da Administração Pública pelo Curso de Especialização em Direito da Administração Pública (CEDAP), da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2006.
- Especialista em Direito Ambiental Brasileiro pelo Programa de Pós-Graduação, do Departamento de Direito, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2017.
- Mestrando em Direito da Cidade do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2020.

Qualificação:

Advogado com mais de 20 anos de atuação em Direito Constitucional, Administrativo, Tributário, Municipal, Regulatório, Ambiental, do Saneamento Ambiental e dos Recursos Hídricos, tendo publicado livros e artigos sobre temas afetos a essas áreas. Sócio-fundador e consultor jurídico sênior da MARQUES ARAÚJO – Consultores Associados. Ex-Assessor Jurídico da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA/RJ) e ex-Assessor Jurídico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Membro da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil da Seção do Estado do Rio de Janeiro (OAB/RJ) e da Comissão Especial de Saneamento e Recursos Hídricos da

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

Ordem dos Advogados do Brasil Nacional (OAB/Nacional). Atualmente, desenvolve pesquisa sobre economia circular e suas escolas de pensamento, especialmente a interface entre o Direito Ambiental e o Design Regenerativo, para contribuir para a transição para essa nova economia, atuando em práticas de educação ambiental, assessoria jurídica para planos e estudos técnicos voltados para economia circular e, ainda, suporte jurídico para o desenvolvimento de negócios e mercados circulares.

Ana Vreni Hafner

Consultora financeira

Formação:

- Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2005
- Mestre em Recursos Hídricos pela COPPE / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2007
- MBA em Gestão Econômica e Financeira pela Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro, 2016

Qualificação:

Profissional com mais de 10 anos de experiência em projetos de infraestrutura e saneamento nas disciplinas abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial, incluindo grandes projetos no Rio de Janeiro, como a Concessão do Saneamento da Zona Oeste AP5 e o Porto Maravilha. Responsável pela coordenação de Estudos e Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico, orçamentação de projetos, elaboração de planos de negócio e avaliação de viabilidade financeira e econômica entre outras atividades ligadas a licitações, concessões e PPP's, principalmente na área de saneamento.

Maria Beatriz Gandolfi Dallari

Consultora de mobilização e participação social

Formação:

- Bacharel em Ciências Biológicas (IB/USP, 1998).
- Especialização em Análise e Avaliação Ambiental Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ, 2006)

Qualificação:

Experiência profissional de 18 anos em análise e avaliação de impacto ambiental para clientes públicos e privados em várias tipologias de empreendimentos, em diversos Estados, cobrindo todos os ecossistemas brasileiros. Experiência no relacionamento com o cliente e com agências ambientais, bem como em coordenação de equipe, tendo sido responsável pela supervisão e gerenciamento de grupos, incluindo trabalhos de campo e de escritório. Experiência em diversas áreas ambientais da Petrobras entre 2006 e 2010 e entre 2013 e 2016, como destaque para a supervisão de campo para a implantação dos programas e condicionantes ambientais requeridos no processo de licenciamento ambiental, bem como no acompanhamento da execução de Estudos de Impacto Ambiental. Consultora do IBAM desde 2016, onde atua no campo da gestão ambiental e do licenciamento ambiental municipal.

Bernardo Mercante Marques

Consultor de comunicação social

Formação:

- Cientista Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ, 2006).

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

- Mestre em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ, 2010.
- Doutorando em Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ (2019 em andamento).

Qualificação:

Experiência profissional na área de planejamento territorial, desenvolvimento local e políticas públicas. Atua como consultor técnico no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) desde 2007 com assessoramento de projetos voltados para desenvolvimento de articulação e arranjos institucionais para o desenvolvimento local e regional. Atuou no Instituto Virtual de Mudanças Globais, da Fundação Coppetec, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IVIG/COPPE/UFRJ) com projetos de planejamento urbano. É membro do Laboratório de Direito e Urbanismo (LADU) do PROURB/UFRJ.

Eduardo Rodrigues Marins

Consultor em Cartografia e Sistema de Informações Geográficas

Formação:

- Geógrafo graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (bacharelado e licenciatura) em 2015.
- Especialização em Gestão Ambiental, ministrado pela Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro.
- Especialização em Geoprocessamento, ministrado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-Minas em 2018

Qualificação:

Durante a graduação, atuou na linha de pesquisa do Grupo de Estudos de Solos Tropicais (GESOLT) com ênfase na recuperação de áreas degradadas por mineração e no uso e cobertura do solo. Tem diversos cursos nas áreas de Geoprocessamento, Geotecnologia e Resíduos Sólidos. Assistente Técnico da área de Desenvolvimento Econômico e Social (DES) e da área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA) do Instituto Brasileiro da Administração Municipal (IBAM). Trabalha com geotecnologias na elaboração de material cartográfico, desenvolve e atualiza banco de dados em plataforma SIG, atuando principalmente em projetos com foco na gestão ambiental, sistema de informação geográfica, planejamento urbano, estudos socioambientais e desenvolvimento sustentável.

Jessica Ojana Araújo

Consultora em estudos urbanísticos

Formação:

- Arquiteta e Urbanista, formada na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2015.
- Mestranda no Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ) - 2019 em andamento

Qualificação:

Com formação em arquitetura e urbanismo, participou de pesquisas sobre temas urbanos e sociais, nas áreas de habitação de interesse social, qualificação de espaços públicos e antropologia urbana. Possui experiência profissional na área de planejamento urbano, política urbana, planos diretores e boas práticas urbanas. Compõe a equipe do Instituto

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) há 4 anos, atuando em projetos de planejamento urbano, estudos urbanos e mobilização social. Presta assistência à coordenação de projetos, com experiência na produção de documentos técnicos e condução de processos participativos de planejamento.

Israel Brasil Ribeiro

Consultor Técnico – Representante Local

Formação:

- Arquitetura e Urbanismo - Faculdade Interamericana de Rondônia - UNIRON - 2011

Qualificação:

Experiência profissional na área de Arquitetura e Urbanismo. Atuou como Arquiteto e Urbanista na empresa Direcional Engenharia, responsável pela regularidade da obra, aprovando projetos em órgãos públicos, acompanhando a execução da obra e entrega de unidades habitacionais do MCMV, atuou também no Governo do Estado de Rondônia, no departamento de Estradas e Rodagem – DER, responsável pelos projetos da área de segurança pública, e projetos de parques lineares em todo estado, em 2018 passou a atuar como consultor técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), atuando como representante local em Porto Velho - RO na elaboração da Revisão do Plano Diretor, Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras (Leis Urbanísticas) do Município de Porto Velho. Tem experiência em participação de equipes multidisciplinares e processos participativos de planejamento.

Outros perfis técnicos poderão ser agregados à equipe, conforme as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos. As equipes contarão ainda com o suporte técnico do quadro geral de funcionários do IBAM sempre que necessário.

6. CRONOGRAMA

O Cronograma, a seguir, apresenta de forma detalhada as etapas, as atividades, os períodos e as datas das respectivas atividades a serem realizadas ao longo do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Porto Velho.

ANEXOS

Anexo 1 – Ordem de Serviço

Anexo 2 – Decreto de constituição do Grupo Técnico de Trabalho

Anexo 3 – Ata de reunião Oficina Técnica 1

Anexo 4 – Formulários técnicos

- **Levantamentos sobre Água e Esgoto**
- **Levantamentos sobre Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas**
- **Levantamentos sobre Serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos**
- **Informações Financeiras**
- **Levantamento da legislação**

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

ANEXO 1. ORDEM DE SERVIÇO

 **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**
SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO 

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2020

PROCESSO: 16.00370.000/2019
CONTRATO: 108/PGM/2019
VALOR DO CONTRATO: R\$ 798.872,98 (SETECENTOS E NOVENTA E OITO MIL, OITOCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).
OBJETO: Contratação de assessoria técnica e metodológica no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).

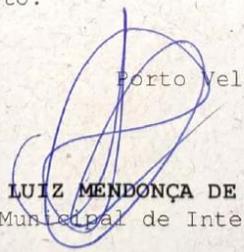
O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e normas contidas na Lei Complementar Municipal nº 648, de 06 de Janeiro de 2017, publicada no D.O.M nº 5.367, de 06 de janeiro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar o **INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM**, a iniciar os serviços de assessoria técnica e metodológica no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, para atender à Secretaria Municipal de Integração - SEMI, através da Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA.

Art.2º - Nos termos do contrato mencionado, celebrado entre o Município de Porto Velho, por intermédio desta Secretaria Municipal de Integração - SEMI e a referida empresa, esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de assinatura do contrato.

Porto Velho, 29 de janeiro 2020


ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Integração - SEMI

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
Rua Brasília, n. 2512, Bairro São Cristóvão - CEP: 76.801-066
Contato: (69) 3229-5111
www.portovelho.ro.gov.br

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

ANEXO 2. DECRETO

Rondônia, 10 de Fevereiro de 2020 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO XI | Nº 2647

**SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 16.531, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.**

“Cria o Grupo Técnico de Trabalho e a Comissão de Coordenação e dispõe sobre o processo de elaboração da Política Pública de Saneamento, Política Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.”

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

CONSIDERANDO a Competência do Município para definir e organizar a prestação dos serviços públicos de interesse local;

CONSIDERANDO a responsabilidade do Poder Público Municipal em formular a Política Pública de Saneamento e o respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos da Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007, e do Decreto 7.217 de 21 de junho de 2010;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Coordenação e o Grupo Técnico de Trabalho – GTT, responsáveis pela elaboração da Política Pública de Saneamento, Política Pública de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e dos respectivos Plano Municipal de Saneamento

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

Rondônia, 10 de Fevereiro de 2020 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO XI | Nº 2647

Básico – PMSB e Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS, cujas respectivas composições a atribuições são definidas a seguir:

Art. 2º Compete a Comissão de Coordenação:

I – Exercer a competência municipal, enquanto titular dos serviços de saneamento básico, do planejamento de políticas públicas para o setor;
 II – Disponibilizar e/ou facilitar o acesso às informações técnicas necessárias para a elaboração dos produtos;
 III – Contribuir na identificação de soluções para a melhoria dos serviços públicos de saneamento básico;
 IV – Aprovar os produtos que serão elaborados ao longo do trabalho e validados pelo Grupo Técnico de Trabalho – GTT.

Art. 3º A Comissão de Coordenação será composta por:

I – Secretário Municipal de Integração – Álvaro Luiz Mendonça de Oliveira – Mat.318057;
 II – Subsecretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Alexandre Miranda Pincer – Mat. 241654;
 III – Secretária Municipal de Saúde – Eliana Pasine – Mat.59883;
 IV – Procurador Geral Adjunto do Município – Salatiel Lemos Valverde – Mat. 225046;
 V – Subsecretário Municipal de Serviços Básicos – Wellem Antônio Prestes Campos – Mat. 234964;
 VI – Secretário Municipal de Assistência Social e Família – Claudinaldo Leão da Rocha – Mat. 284960;
 VII – Presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR: – Thiago dos Santos Tezzari – Mat.309717;
 VIII – Secretário Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo – Edemir Monteiro Brasil Neto – Mat. 753;
 IX – Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento – Luiz Cláudio Pereira Alves – Mat.314138;
 X – Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – Luiz Guilherme Erse da Silva – Mat.286668;

§1º. O Secretário Municipal de Integração exercerá a função de Secretário Executivo do Comissão de Coordenação.

§2º. As deliberações que porventura sejam tomadas pela referida Comissão somente terão validade se submetidas à aprovação da maioria simples de seus respectivos pares, cabendo ao Secretário Executivo decidir em caso de empate.

§3º. A Comissão de Coordenação deverá reunir-se mensalmente para acompanhar o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB e PGIRS, podendo reunir-se extraordinariamente sempre que houver necessidade de deliberações.

Art. 4º Compete ao Grupo Técnico de Trabalho – GTT:

I – Participar das etapas de desenvolvimento apresentando sugestões e críticas;
 II – Contribuir com insumos para elaboração dos Planos;
 III – Apoiar as ações previstas no Plano de Comunicação e Mobilização Social, na difusão das informações e mobilizações setoriais;
 IV – Providenciar toda a logística, mobilização, divulgação e registro dos eventos públicos;
 V – Conduzir diretamente as reuniões comunitárias nos distritos;
 VI – Validar os produtos.

Art.5º O Grupo Técnico de Trabalho – GTT será composto por servidores da Prefeitura Municipal de Porto Velho e será responsável pela operacionalização, coordenação e acompanhamento do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB e Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS, e terá a seguinte composição:

I – Secretária Municipal de Integração:
 a) Yayley Coelho da Costa Jezini – Engenheiro Ambiental – Mat. 315813;
 b) Rosângela Lima do Nascimento Evangelista – Chefe de Assessoria Técnica – Mat. 314840.

II – Subsecretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:
 a) Lucinara Camargo Araujo Souza – Diretor de Departamento – Mat. 320846;
 b) Ariana Silva Lima – Gerente de Divisão – Mat.. 291873.

III – Secretária Municipal de Saúde;
 a) Lígia Fernandes Arruda – Bioquímica – Mat. 87561;
 b) Antonéas Vieira Frota Mendes – Fiscal Municipal de Vigilância Sanitária – Mat. 124570.

IV – Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento:
 a) Francisco Evaldo de Lima – Secretário Municipal Adjunto – Mat.. 295891.

V – Procuradoria Geral do Município:
 a) Helen Regina Lemos Ferreira – Técnica Jurídica – Mat. 73784;
 b) Roosevelt Alves Ito – Assessor Especial Jurídico – Mat. 288466.

VI – Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos:
 a) Emanuel Fernando Correia Sanches Schott – Engenheiro Ambiental – Mat. 316027;
 b) Lucas Bezerra Silva – Engenheiro Civil – Mat. 274027.

VII – Secretária Municipal de Assistência Social e Família:
 a) Adriane do Nascimento Soares – Diretora Departamento de Proteção Básica – Mat. 286444.

VIII – Secretária Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo:
 a) Diogo Henrique Costa Fonseca – Arquiteto e Urbanista – Mat. 61862;
 b) Ana Carla Macedo Carneiro – Engenheira Civil – Mat. 234972.

IX – Secretária Geral de Governo:
 a) Francisco Daniel dos Santos – Assessor Técnico – Mat. 287880.

X – Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão:
 a) Raísa Tavares Thomaz – Arquiteta – Mat. 104125;
 b) Rafael Rancôni Bezerra – Engenheiro Ambiental – Mat. 316465.

XI – Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR:
 a) Eudineia Coelho Galvão – Assessora Técnica – Mat. 192.

Parágrafo único: Fica a cargo da Coordenação dos Trabalho do Grupo Técnico de Trabalho o servidor Engenheiro Ambiental, Yayley Coelho da Costa Jezini – Mat. 315813.

Art. 6º O Processo de Elaboração do PMSB e PGIRS, deverá contemplar as seguintes Fases e Etapas:

I – FASE I – Planejamento do Processo:

a) Produto 1 – Plano de Trabalho;
 b) Produto 2 – Plano de Mobilização e Comunicação Social.

II – FASE II – Execução do PMSB e PGIRS:

a) Produto 3 – Diagnóstico técnico participativo dos serviços de saneamento básico;
 b) Produto 4 – Prognósticos e alternativas para a universalização dos serviços de saneamento básico;
 c) Produto 5 – Programas, projetos e ações e hierarquização das áreas e/ou programas de intervenção;
 d) Produto 6 – Mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática da efetividade dos PMSB e PGIRS.

III – FASE III – Aprovação do PMSB e PGIRS:

a) Produto 7 – Relatório final dos PMSB e PGIRS e Minutas de Lei da Política Municipal de Saneamento e Política de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Parágrafo Único: Os trabalhos deverão ser elaborados conforme o Projeto Básico e contrato firmado entre Prefeitura Municipal de Porto Velho e IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal presentes no CONTRATO Nº 108/PGM/2019.

Rondônia, 10 de Fevereiro de 2020 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO XI | Nº 2647

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento, Política Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, o Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano de Municipal Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos deverão ser consolidados, sob a forma de Lei Municipal.

Art. 8º A Comissão de Coordenação deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta dias) dias, preparar e submeter à apreciação o texto da Política Pública de Saneamento Básico e Política Pública de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Art. 9º Aos membros de comissão técnica, aplica-se o disposto no art. 41 do Decreto nº 11.824, de 18 de outubro de 2010, que regulamenta o art. 76 de Lei Complementar nº 385, de 1º de julho de 2010.

Art. 10 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0894C837

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

ANEXO 3. ATA DE REUNIÃO



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL – SEMA**

**ATA de Reunião da 1º Oficina do Plano Municipal de Saneamento
Básico-PMSB e Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos
Sólidos – PGIRS/IBAM**

Ata de Reunião da 1º Oficina de alinhamento com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM do Plano Municipal de Saneamento Básico-PMSB e Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS com os integrantes do Grupo de Trabalho-GTT, no dia cinco de fevereiro de 2020. Aos dias cinco do mês de fevereiro de dois mil e vinte, as nove horas, na sala de treinamento e capacitação da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, reuniu-se sob o comando do Secretário Álvaro Luiz Mendonça – SEMI, com a presença dos seguintes representantes das Secretarias Municipais: PGM – Rosevelt Alves, SEMUSB – Emanuel Fernando, SGG – Francisco Daniel, SEMPOG – Raissa Tavares Thomaz, Iasmim de Magalhães, José Cantídio, Rafael Bezerra, SEMI – Rosângela L. do Nascimento Evangelista, SEMA – Yaylley C, Ariana Lima, Meiry Santos, SEMUSA – Lígia Fernandes, Antonéas Vieira, SEMUR – Carime Afonso, EMDUR – Eudinéia Coelho, IBAM-Israel Brasil, Alexandre Santos, Maria Beatriz, Luis Felipe. O Secretário Álvaro Mendonça, cumprimentou os presentes, convidou a Sra. Rosângela Evangelista, para que secretariasse os trabalhos. A reunião foi iniciada, o Secretário cumprimentou os presentes, agradecendo a disposição dos técnicos da Prefeitura e suas respectivas secretarias, explanou sobre a importância do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e sua complexidade, enfatizou ao índice alarmante da falta de saneamento no município de Porto Velho e a destinação dos resíduos sólidos que são bastante precários. Tendo a possibilidade de ter as bases para buscar soluções definitivas, todos nós estamos inseridos nesse problema devidamente contingenciado. A importância de tudo isso, será o esforço de levar saúde a toda população, é fundamental que tenhamos uma realidade modificada na nossa capital. É uma questão prioritária que foi colocada como desafio dessa gestão desde o início, foi enfrentado



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL – SEMA**

vários percalços pelo caminho para conseguirmos chegar a esse ponto. Até a presente data nunca se deu a importância necessária a esse assunto com relação as entidades estaduais por motivos desconhecidos. Nesse sentido, o Prefeito Hildon Chaves determinou que iniciassem os estudos, ressaltando a importância da saúde pública, tomando para si essa responsabilidade. O Secretário finalizou sua fala agradecendo e conclamando a todos que se unam a esse objetivo tão importante e histórico na cidade de Porto Velho, tendo em vista o grave problema enfrentado pelo município com a falta de saneamento básico, lembrando a execução do cronograma que será bastante robusto e importante para os dados que serão apresentados após estudos e levantamentos. Com isso, será entregue a população ao fim do processo com o plano concluído em julho. O Secretário agradeceu a todos os titulares das pastas das secretarias envolvidas e seus técnicos para efetivação dos estudos, passando a palavra ao Engenheiro Ambiental Yaylley Jezini, servidor estatutário da SEMI (Secretaria Municipal de Integração), e também coordenador da equipe do GTT, Grupo de trabalho responsável pela execução, acompanhamento e validação dos projetos apresentados pela consultoria IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal). O Engenheiro Ambiental, fez um resumo e retrospectiva do histórico de elaboração do PMSB, desde a primeira concepção do termo em 2012 sua revisão na atual gestão em 2017 à aprovação junto ao Conselho da Cidade através da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental e posterior processo de contratação do IBAM em dezembro de 2019. Enfatizou e parabenizou o Prefeito Hildon Chaves pela iniciativa e apoio aos estudos do PMSE/PGIRS. “Foi nos dado essa missão, nós enquanto estudiosos e técnicos ambientais temos a responsabilidade em melhorar a vida das pessoas que necessitam de água tratada, esgotamento sanitário e destinação adequada dos resíduos sólidos” Após a explanação, o Engenheiro Ambiental Yaylley repassou a palavra ao Presidente do IBAM, Alexandre que deu início a apresentação da equipe técnica do IBAM e resumindo as atividades a serem desenvolvidas pelo IBAM e Prefeitura



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL – SEMA**

de Porto Velho. Informando do recebimento da proposta do Plano de Trabalho encaminhado pela SEMI e descrevendo as principais alterações realizadas no planejamento das atividades, apresentando a proposta do IBAM para o Cronograma das atividades, junto as pessoas preliminares do Plano de Trabalho e Plano de Comunicação e Mobilização Social. Ao término da fala, foi repassado ao Engenheiro Sanitarista do IBAM Luis Felipe, dando início a apresentação do Plano de Trabalho, realizando a leitura do mesmo e apresentação dos objetivos, pressupostos metodológicos, etapa, atividades e metodologia do trabalho, detalhamento dos produtos a serem entregues, o cronograma de trabalho e respectivos anexos descrevendo os Objetivos, pressupostos metodológicos, etapas respectivas. O mesmo deu prosseguimento a apresentação do Plano de Trabalho com os apontamentos e readequação pelos técnicos do IBAM. O Engenheiro Luis, fez um breve histórico referente aos dados de mapeamento socioeconômico do município, no sentido da elaboração de políticas públicas e programas municipais. Segundo o Engenheiro será dividido em três fases de trabalho e sete produtos a serem desenvolvidos ao longo de cinco meses. Todos os produtos finais serão entregues a Prefeitura. Ao término da apresentação, deu-se seguimento a apresentação da Bióloga Maria Gabriela do IBAM, sobre o Plano de Comunicação e Mobilização Social, começando a ser discutido os procedimentos para a realização das Reuniões Comunitárias, que serão realizadas em todos os Distritos do Município, incluindo Distrito Sede, serão realizadas três reuniões comunitárias divididos por:

- Zona Leste;
- Zona Norte/Central;
- Zona Sul;

Será realizada duas rodadas de Audiências Públicas sendo a primeira nos Distritos de Nazaré, Extrema e Distrito de Jacy



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL – SEMA

Paraná, em substituição a Nova Mutum, devido a maior população e experiência de participação levantada nos trabalhos do Plano Diretor Participativo realizado pela equipe do IBAM/ETM e a última rodada de audiências públicas a ser realizada no distrito sede Porto Velho em local a ser definido conforme o andamento dos trabalhos. Como indicação dos participantes, foi solicitado alterações nos planos de trabalho e plano de comunicação e mobilização social conforme a seguir: Convite para participação do CONCIDADE e COMDEMA nas atividades de elaboração do PMSB/PGIRS; Apreciação do Plano de Trabalho e Plano de Comunicação e Mobilização Social alterando a nomenclatura Alto, Médio e Baixo Madeira para a proposição do Plano Diretor, realocando os Distritos conforme apresentado na proposta do PDP; Incluir a participação da SEMAGRIC para melhoria da capilaridade das atividades da fase do Plano. Ficou acordado como atividades das secretarias:

- SEMPOG - Suporte a elaboração do material de comunicação social e logomarca para o Programa;
- SEMUSA - O levantamento da possibilidade de atuação dos agentes de endemias e agentes comunitários de saúde para levantamento de informações e suporte na mobilização comunitária, concomitante com suas atividades;
- SEMI - A responsabilidade pela Coordenação dos trabalhos de execução, suporte logístico para realização das atividades de campo, preparação da Minuta do Decreto de criação do GTT e Centralização/Coordenação da comunicação com o IBAM através do Coordenador a ser indicado em Decreto; e, a todas as secretarias envolvidas a responsabilidade de prestação de todas as informações solicitadas pela Coordenação do GTT/IBAM e a disponibilização dos técnicos para compor as equipes necessárias para as atividades de Mobilização, Reuniões Comunitárias, audiências públicas e outras atividades necessárias a elaboração do PMSB/PGIRS que forem



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL – SEMA**

solicitadas. O IBAM se responsabiliza pela entrega do Plano de Trabalho e Plano de Comunicação e mobilização Social até a data de 14 de Fevereiro de 2020, incluindo as ferramentas, material e informações para continuidade dos trabalhos de mobilização e comunicação social. Após o término das considerações, foram proferidas as últimas palavras pelo Sr. Alexandre, Eng. Yaylley e Secretário Álvaro Mendonça dando por terminada a realização do evento as 14:30 minutos. Lista de Presença em anexo.

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

ANEXO 4. FORMULÁRIOS TÉCNICOS

Levantamentos sobre Água e Esgoto

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	
1	Há outorga de uso da água (consuntivo e não consuntivo). () Sim- (qual? data de emissão e validade) () Não- O que está sendo feito para a obtenção?
2	Qual a cobertura dos serviços do sistema de abastecimento de água potável no município (população total considerada / população atendida)
3	Qual o número de economias atendidas com o abastecimento de água?
4	Qual o número estimado total de economias no município?
5	Existe mapa de localização e denominação dos poços de captação? () Sim - Anexar mapa (apresentar as capacidades nominais) () Não
6	Descrição do sistema de abastecimento de água potável do município com informações consistentes sobre: <ol style="list-style-type: none"> 1. poços de captação; 2. adutoras de água bruta e tratada; 3. estações elevatórias; 4. estações tratamento (capacidade instalada, eficiência de tratamento, etc.); 5. reservação (volume atual reservado); 6. redes de distribuição (km de rede existente e utilizado); 7. sistema de medição (micro e macromedição-telemetria?); 8. perdas estimadas (quantitativo - reais e quantitativo - aparentes); 9. sistema de controle operacional utilizado; 10. custos operacionais do sistema anexar mapas e gráficos existentes
7	Descontinuidade no abastecimento de água potável: Ha registros de ocorrências ocorridas em 2013? () Sim – número de ocorrências - população atingida – horas de desabastecimento () Não – Porque? Há comunicação dos eventos a Agencia Reguladora? () Sim – qual a antecedência da comunicação? () Não – Porque? Ha comunicação dos eventos a população? () Sim – de que forma e com que antecedência? () Não – Porque?
8	A CAERD estima o consumo per capita por categoria? () Sim – Descrever: <ul style="list-style-type: none"> • residencial (número de economias/consumo mensal); • comercial (quantificação e qualificação das unidades comerciais/consumo mensal); • industrial (quantificação das Indústrias e agrupamento por porte estabelecendo o consumo mensal); • fluxo turístico (sazonalidade). () Não Demonstrar os valores utilizados para cálculo tarifário; A tarifa social é aplicada na cobrança dos serviços?

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

	Qual o índice de inadimplência? () Sim – Demonstrar os valores utilizados para cálculo tarifário social; () Não – Porque?
9	Quais as análises efetuadas para verificação da qualidade da água bruta captada? Qual a frequência das análises? Quais os pontos (locais) estimados para determinação analítica? Qual a legislação seguida? Quais os problemas usualmente detectados de qualidade da água bruta?
10	CAERD – anexar <ul style="list-style-type: none"> • organograma; • descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo); • receitas operacionais e despesas de custeio e investimento; • Investimentos do PAC (valores e localização física das obras – data de início e término)
11	A CAERD utiliza indicadores para o abastecimento de água potável? () Sim – Quais são eles? () Não – Porque?
12	A CAERD – Porto Velho dispõe de plano de emergências e contingências para esses serviços?
13	Existem perspectivas de ampliação dos serviços? () Sim. Quais são elas? Para quando estão previstas? Qual a origem dos recursos que serão empregados na ampliação? () Não
14	Quais e por quem são regulados os serviços? Regulação dos serviços
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	
1	Qual o sistema adotado para o esgotamento sanitário no município? (Unitário/Misto, etc.)
2	Há cadastro técnico do sistema de esgotamento sanitário no município? () Sim – Anexar () Não
3	Qual a cobertura dos serviços do sistema de esgotamento sanitário em termos de ligações na rede e de população atendida?
4	Qual a extensão da rede coletora existente? (km) Há trechos problemáticos? Se houver quais são eles e porque são classificados como problemáticos?
5	A CAERD tem conhecimento de áreas de risco de contaminação por esgotos no município? () Sim – Quais são elas? () Não
6	Há registros de ligações clandestinas de águas pluviais ao sistema de esgotamento sanitário? Como é feito o controle e monitoramento desses eventos pela CAERD? () Sim – Qual o mecanismos utilizados para o combate a essas ligações? Existe fiscalização? Quais os procedimentos indicados pelo fiscal? () Não
7	Descrever o sistema de esgotamento sanitário contendo informações sobre o número de ligações prediais/economias atendidas, rede de coleta, interceptores, estações elevatórias (localização e capacidades), emissários, etc. <ul style="list-style-type: none"> • estações de tratamento (capacidade instalada, eficiência de tratamento, custo operacional, dentre outros); • controle do sistema.

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

8	<p>Dados operacionais da ETE contendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. capacidade instalada; 2. tecnologia adotada e eficiência de tratamento; 3. custo operacional; 4. Recepção de efluentes não domiciliares (rotina de controle); 5. número de funcionários no local com as respectivas funções; 6. sistema de controle e monitoramento adotado; 7. infraestrutura existente; 8. outras informações necessárias.
9	<p>Qual a produção de esgoto estimada por categoria de usuários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • residencial (número de economias); • comercial (quantificar e qualificar as unidades comerciais); • industrial (quantificar as Indústrias e agrupar por porte estabelecendo a produção).
10	<p>Há monitoramento e controle dos corpos receptores? Corpo receptor – denominar e localizar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • qualidade; vazão; usos de montante e jusante, etc.
11	<p>Qual a estrutura de tarifação adotada para esses serviços e qual o índice de inadimplência?</p>
12	<p>A CAERD utiliza indicadores para o esgotamento sanitário?</p> <p>() Sim – Quais são eles?</p> <p>() Não – Porque?</p>
13	<p>A CAERD – Porto Velho dispõe de plano de emergências e contingências para esses serviços?</p>
14	<p>Existem perspectivas de ampliação dos serviços?</p> <p>() Sim. Quais são elas? Para quando estão previstas? Qual a origem dos recursos que serão empregados na ampliação?</p> <p>() Não</p>
15	<p>Quais e por quem são regulados os serviços?</p>

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

Levantamentos sobre Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

Informações a levantar	
1	Existência de estudos, projetos e plano diretor para o esgotamento sanitário no município, com descrição das instituições atuantes (proponentes e executoras), objetivos de projeto dentre outras informações.
2	Quem é o prestador dos serviços?
3	Descrição e caracterização do prestador de serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: <ul style="list-style-type: none"> • organograma; • descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo); • receitas operacionais e despesas de custeio e investimento; • outras informações relevantes.
4	Existência de cadastro técnico no município, com indicação da instituição responsável pela atualização. (anexar)
5	Caracterizar o sistema de macrodrenagem e microdrenagem atualmente empregado de forma a permitir o claro entendimento dos sistemas em operação.
6	Existência e quantidade de dispositivos.
7	Existência e frequência de limpeza e manutenção.
8	Bacias contribuintes para a microdrenagem com a Identificação da capacidade limite e das áreas de risco.
9	Identificar os principais problemas relativos à drenagem das águas pluviais urbanas: <ul style="list-style-type: none"> • alagamentos; • transbordamentos de córregos; • pontos de estrangulamento; • capacidade das tubulações insuficientes, etc. • frequência de ocorrência; • localização dos problemas identificados
10	Ocorrência e frequência de deslizamentos ou alagamentos: descrever. Buscar quantidade de famílias ou economias em áreas de risco (alagamentos ou deslizamentos).
11	Existência de ligações clandestinas de águas pluviais ao sistema de esgotamento sanitário.
12	Existência de manutenção e fiscalização do sistema de drenagem e respectivo nível de atuação da fiscalização.
13	Quais os órgãos municipais que apresentam alguma provável ação em controle de enchentes e drenagem urbana e suas respectivas atribuições.
14	Levantar as receitas operacionais e despesas de custeio e investimento, dentre outras informações relevantes.
15	Quais os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços utilizados pelo prestador?
16	O prestador dos serviços dispõe de plano de emergências e contingências para os serviços em Porto Velho?
17	Por quem são regulados os serviços?

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

Levantamentos sobre Serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos

Caracterização dos Resíduos		
1.	Informação	Resposta
2.	Composição gravimétrica	
3.	Quais os tipos de resíduos gerados no município?	Domiciliar () Agrossilvopastoril () Comercial () Público () Industrial () Saúde () Outros ()
4.	Impactos ambientais: Resíduos especiais geram impacto ambiental? Quais? Existe tratamento diferenciado para resíduo especial?	
Estrutura Administrativa		
5.	Informação	Resposta
6.	Forma de prestação dos serviços públicos de limpeza urbana (varrição, capina etc)	
7.	Quantos empregados tem o serviço?	
8.	Quantos empregados são da varrição?	
9.	Quantos na manutenção?	
10.	Quantos administrativos?	
11.	Acúmulo de função?	Sim () Descreva: Não ()
12.	Qual a forma de contratação?	Quantos são celetistas? Quantos são estatutários? Quantos são de cooperativas?
13.	Organograma com identificação do serviço	Anexar organograma da SEMOSB
Estrutura Financeira		
14.	Qual é o custo dos serviços de resíduos sólidos prestados pela empresa terceirizada?	
15.	Qual é o custo dos serviços prestados pela Prefeitura?	
16.	Existe taxa relativa a limpeza urbana/coleta?	
17.	Qual o valor arrecadado com a cobrança da taxa?	

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

18.	No orçamento da Prefeitura qual é o valor gasto com os serviços públicos de resíduos sólidos?	
19.	Existe cadastro de grandes geradores? geradores de resíduo especial?	Sim () Não () Sim () Não ()
20.	Qual a forma de cobrança pelos serviços prestados junto aos grandes geradores?	
Estrutura Operacional		
21.	Existe um Plano de varrição na cidade? Existe um planejamento para as atividades de poda e capina na cidade?	Sim () anexar Não () Sim () anexar Não ()
22.	Quem faz a capina e roçada na cidade? Com que frequência?	SEMOSB () Empresa () Concessionária ()
23.	Existe um Plano de Coleta dos Serviços de Saúde?	Sim () anexar Não ()
24.	Existe um Plano de Coleta Seletiva?	Sim () anexar Não ()
25.	Quem faz a limpeza de boca de lobo na cidade? Com que frequência?	SEMOSB () Empresa () Concessionária ()
26.	Existe capina e roçada nos distritos? Quem faz? Com que frequência?	
27.	Existe serviços de limpeza urbana nos assentamentos? Com que frequência?	Sim (). Não ()
28.	Existe serviços de limpeza urbana nos distritos? Com que frequência?	Sim (). Não ()
29.	Quais os equipamentos utilizados nos diversos serviços prestados pela Secretaria de Obras? Existe manutenção?	Compactador () Modelo/ano _____ Basculante () Modelo/ano _____ Trator/micro trator () Modelo/ano _____ Carroça () Modelo/ano _____ Outros () Modelo/ano _____ Sim () Não ()
30.	Existe coleta de entulho? Quem faz a coleta?	Sim () Não () SEMOSB () Empresas () Quem tem o cadastro das empresas?

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

Destinação dos Resíduos Coletados		
31.	Qual o destino do resíduo coletado?	Lixão () Aterro controlado () Aterro Sanitário () Queima em terreno baldio/ recursos hídricos ()
32.	Qual a infraestrutura existente no local?	
33.	Qual o tempo de vida útil do local atualmente utilizado? Há quanto tempo está sendo utilizado?	
34.	O local de disposição final oferece riscos de contaminação a rios, lagos, praias, ou patrimônio cultural? Quais?	
35.	População mais próxima?	
36.	Quem é o proprietário da terra? Possui título de propriedade? Qual é o tamanho da área?	
37.	Só existe um local?	Sim () Não ()
38.	Qual o local utilizado anteriormente usado para disposição final?	
39.	Existem outras áreas em estudo para uso futuro?	Sim () Não () Quais?
40.	Existem catadores no local de disposição final? Quantos? Existem crianças no local? Quantas?	Sim () Não ()
41.	Existem catadores nas ruas da cidade?	Sim () Não ()
42.	Existe organização de catadores?	
Fiscalização e Monitoramento		
43.	Existe algum processo de fiscalização dos serviços?	Sim () Não () Está alocada a que secretaria?
44.	Existe sistema de avaliação da Prefeitura quanto ao desempenho dos serviços prestados pela empresa contratada pela prestação dos serviços de coleta domiciliar?	Sim () Não () Como é feita, quem faz, qual a frequência?
45.	Existe processo de controle dos serviços prestados?	Sim () Não () anexar planilhas padrão
46.	Quais são os indicadores utilizados na avaliação dos serviços?	

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

Informações Financeiras

Item	Informação	Fonte
Sistema de Custeio	1. Os custos do sistema de saneamento básico vigente são calculados?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas
	2. Quais são os critérios e instrumentos utilizados para cálculo desses custos?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas normas financeiras e de controle do Município planilhas de custos Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orgânica Municipal
	3. Qual o valor dos custos por tipo de serviço prestado?	<ul style="list-style-type: none"> planilhas de custos demonstrações contábeis referentes aos serviços de saneamento básico
Remuneração dos Serviços	4. Qual a forma de cobrança pelos serviços prestados?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas legislação referente aos serviços de saneamento básico Código Tributário Municipal contrato com a CAERD
	5. Existe cobrança relativa aos serviços de manejo de resíduos sólidos?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas legislação referente ao sistema limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos Código Tributário Municipal
	6. Essa cobrança é realizada junto com o IPTU?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas legislação referente ao sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos Código Tributário Municipal
	7. Qual o percentual dos custos dos serviços de manejo de resíduos sólidos coberto pela cobrança?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas planilhas de custos
	8. Qual o valor gasto com limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos pela Prefeitura no período de 2014 a 2016?	<ul style="list-style-type: none"> planilhas de custos demonstrações contábeis do Município do período de 2014 a 2016: <ul style="list-style-type: none"> - anexos orçamentários: nº 2 (resumo geral da receita e da despesa), nº 7 (programa de trabalho do governo – demonstrativo de funções, subfunções e programas por projetos e atividades), nº 10 (comparativo da receita orçada com arrecadada), nº 11 (comparativo da despesa orçada com realizada) - balanço orçamentário - balanço financeiro - balanço patrimonial - demonstração das variações patrimoniais relatórios de prestação de contas do Município no período 2014 a 2016

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

Despesa	9.	Qual a composição da despesa municipal, por categoria e função?	<ul style="list-style-type: none"> demonstrações contábeis do Município do período de 2014 a 2016: <ul style="list-style-type: none"> - anexos orçamentários: nº 2 (resumo geral da receita e da despesa), nº 7 (programa de trabalho do governo – demonstrativo de funções, subfunções e programas por projetos e atividades), nº 10 (comparativo da receita orçada com arrecadada), nº 11 (comparativo da despesa orçada com realizada) - balanço orçamentário - balanço financeiro - balanço patrimonial - demonstração das variações patrimoniais relatórios de prestação de contas do Município no período 2014 a 2016
	10.	Qual a composição da despesa municipal fixada para 2017?	<ul style="list-style-type: none"> proposta orçamentária ou lei orçamentária de 2014 a 2017 LDO (projeto ou texto sancionado) de 2017
	11.	Quais as diretrizes governamentais para saneamento básico no Município?	<ul style="list-style-type: none"> Plano Plurianual (PPA) vigente
Receita	12.	Qual a composição da receita municipal nos últimos 3 anos?	<ul style="list-style-type: none"> demonstrações contábeis do Município do período de 2014 a 2016: <ul style="list-style-type: none"> - anexos orçamentários: nº 2 (resumo geral da receita e da despesa), nº 7 (programa de trabalho do governo – demonstrativo de funções, subfunções e programas por projetos e atividades), nº 10 (comparativo da receita orçada com arrecadada), nº 11 (comparativo da despesa orçada com realizada) - balanço orçamentário - balanço financeiro - balanço patrimonial - demonstração das variações patrimoniais relatórios de prestação de contas do Município no período 2014 a 2016
	13.	Qual a composição da receita municipal fixada para 2017?	<ul style="list-style-type: none"> proposta orçamentária ou lei orçamentária de 2014 a 2017 LDO (projeto ou texto sancionado) de 2017
	14.	Existem fontes de receita vinculadas ao sistema de saneamento básico? Quais?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas legislação referente ao sistema de saneamento básico legislação financeira do Município contrato com a CAERD
	15.	O sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos atual gera alguma receita? Qual?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas legislação referente ao sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos demonstrações contábeis referentes ao sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

	16.	Quando houver, fornecer dados sobre as faixas de tarifas praticadas e o número de pagantes em cada faixa	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas legislação referente ao sistema de saneamento básico demonstrações contábeis referentes ao sistema de saneamento básico contrato com a CAERD e relatório financeiro
Gestão Financeira dos Serviços de Saneamento Básico	17.	Qual a forma de administração dos serviços de saneamento básico vigente?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas legislação referente ao sistema de saneamento básico contrato com a CAERD
	18.	Os recursos arrecadados em função dos serviços de manejo dos resíduos sólidos vigente são depositados no caixa único do Município ou em separado?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas legislação referente aos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos demonstrações contábeis referentes aos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos
	19.	Existe um gestor específico desses recursos?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas legislação referente aos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos
	20.	Existem fundos especiais no Município, além dos existentes para educação e saúde?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas legislação financeira do Município
Dívida e Capacidade de Endividamento	21.	Qual a dívida flutuante e fundada do Município nos últimos 3 anos?	<ul style="list-style-type: none"> demonstrações contábeis do Município do período de 2014 a 2016: <ul style="list-style-type: none"> - anexos orçamentários: nº 2 (resumo geral da receita e da despesa), nº 11 (comparativo da despesa orçada com realizada) - balanço orçamentário - balanço financeiro - balanço patrimonial - demonstração das variações patrimoniais - demonstração da dívida relatórios de prestação de contas do Município no período 2014 a 2016 último relatório de gestão fiscal elaborado
	22.	Qual o percentual de juros e encargos da dívida contratada pelo Município?	<ul style="list-style-type: none"> Idem ao anterior
	23.	Para que o Município tem contratado dívida nos últimos 3 anos?	<ul style="list-style-type: none"> entrevistas
	24.	Qual a capacidade de endividamento do Município para os próximos 3 anos?	<ul style="list-style-type: none"> LDO (projeto ou texto sancionado) de 2017 último relatório de gestão fiscal elaborado

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

Carga Tributária Municipal	25.	Quais são os tributos municipais vigentes?	<ul style="list-style-type: none"> • Código Tributário Municipal
	26.	Quais os tributos que de fato são cobrados?	<ul style="list-style-type: none"> • entrevistas • demonstração da receita arrecadada segundo as categorias econômicas de 2014 a 2016 • último relatório resumido da execução orçamentária elaborado
	27.	Qual a base de cálculo desses tributos?	<ul style="list-style-type: none"> • Código Tributário Municipal
	28.	Qual o valor arrecadado por tributo?	<ul style="list-style-type: none"> • demonstração da receita arrecadada segundo as categorias econômicas de 2014 a 2016 • último relatório resumido da execução orçamentária elaborado
	29.	Qual a renda média dos respectivos contribuintes?	<ul style="list-style-type: none"> • entrevistas • estudos e análise econômicas sobre o Município
	30.	Qual o comportamento da carga tributária municipal?	<ul style="list-style-type: none"> • entrevistas • estudos e análise econômicas sobre o Município
Inadimplência Tributária	31.	Qual o valor da dívida ativa tributária nos últimos 3 anos?	<ul style="list-style-type: none"> • demonstrações contábeis do Município do período de 2014 a 2016: <ul style="list-style-type: none"> - balanço financeiro - balanço patrimonial - demonstração das variações patrimoniais - demonstração da dívida • relatórios de prestação de contas do Município no período 2014 a 2016 • último relatório de gestão fiscal elaborado
	32.	Qual o número de inscrições em dívida ativa tributária no período de 2014 a 2016?	<ul style="list-style-type: none"> • entrevistas • registros de controle da dívida ativa tributária
	33.	Quais são as características gerais dos devedores à Fazenda Municipal?	
	34.	Qual o número de baixas em dívida ativa tributária por cobrança no período de 2014 a 2016?	
	35.	Qual o percentual de cobranças amigáveis e de cobranças judiciais?	
	36.	Qual o número de baixas em dívida ativa tributária por prescrição da dívida no período de 2014 a 2016?	

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO**Levantamentos da Legislação**

- FEDERAL**

ATO NORMATIVO
Lei 11.107/2005 – Lei de Consórcios Públicos e Dec. nº 6.017/2007
Lei 11.445/2007 – Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e Dec. 7.217/2010
Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Dec. 7.404/2010

- ESTADUAL**

ATO NORMATIVO
Constituição Estadual
Política Estadual de Saneamento Básico
Política Estadual de Resíduos Sólidos
Plano Estadual de Saneamento Básico
Plano Estadual de Resíduos Sólidos
Política Estadual de Meio Ambiente
Legislação que cria o Conselho Estadual de Meio Ambiente e/ou de Saneamento Básico
Política Estadual de Recursos Hídricos
Legislação que cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Legislação sobre Licenciamento Ambiental
Legislação que cria/autoriza a criação da(s) Secretaria(s) Estadual(s) e/ou da(s) entidade(s) responsável(s) pelo controle/gestão do meio ambiente, inclusive do licenciamento ambiental
Legislação que cria/autoriza a criação da(s) Secretaria(s) Estadual(s) e/ou da(s) entidade(s) responsável(s) pelo controle/gestão do saneamento básico
Código Tributário Estadual
Legislação que cria/institui o ICMS verde/ecológico
Legislação que cria/autoriza a criação da empresa pública estadual de saneamento básico
Legislação que cria/autoriza a criação da agência reguladora estadual de saneamento básico

- MUNICIPAL**

ATO NORMATIVO
Lei Orgânica Municipal
Código Municipal de Posturas
Código Municipal de Obras
Código Municipal Urbanístico
Código Municipal de Vigilância Sanitária
Código Municipal de Saúde
Plano Diretor Municipal Urbano
Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo

PRODUTO I – PLANO DE TRABALHO

Código Municipal de Meio Ambiente
Legislação que cria o fundo municipal de meio ambiente
Legislação que cria o sistema municipal de licenciamento ambiental
Legislação que cria/institui o conselho municipal de meio ambiente
Legislação que cria/institui o conselho municipal de saúde
Legislação que cria/institui o conselho municipal das cidades
Legislação municipal que disciplina a audiência pública e/ou consulta pública
Código Tributário Municipal
Lei que institui a taxa de coleta de lixo
Regulamento e/ou Política Municipal de Resíduos Sólidos
Regulamento e/ou Política Municipal de Saneamento Básico (água/esgoto)
Regulamento e/ou Política Municipal de Drenagem
Lei de Organização Administrativa da Prefeitura
Lei de Organização Administrativa da(s) Secretária(s) Municipal(s) ou da(s) entidade(s), que controlam/gerem os serviços de saneamento básico (resíduos sólidos, água, esgoto e drenagem)
Plano Plurianual em vigor
Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor
Lei Orçamentária Anual em vigor
Termo de Ajustamento de Conduta para encerramento de lixão e remediação da área impactada
Contrato de terceirização dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos
Contrato de Programa firmado com a CAERD para a prestação dos serviços de saneamento básico (água/esgoto)
Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI para realização de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para implantação, expansão, readequação, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário do município de Porto Velho, nos termos do Decreto Municipal nº 14.192, de 05 de maio de 2016.
Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI para realização de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para implantação, operação, manutenção, limpeza urbana, coleta, reciclagem e disposição final dos resíduos sólidos do município de Porto Velho, nos termos do Decreto Municipal nº 14.192, de 05 de maio de 2016.